

**O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo:
A intelligentsia brasileira nos anos 50**

Edson Rezende de Souza¹

Resumo

O presente artigo se propõe realizar uma análise histórica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Este Instituto é marcado pela construção da ideologia Nacional-Desenvolvimentista, ideologia esta que perpassa por toda a política de desenvolvimento Brasileiro nos anos 1950. Esta forma de pensar e compreender o Brasil só foi possível devido à heterogeneidade das correntes de pensamento dentro deste Instituto. Heterogeneidade esta que foi perdida após a uma crise dentro do ISEB em finais de 1958 e início de 1959. Com o passar desta crise a ala mais esquerdista assume o comando das ações dentro do Instituto, o que posteriormente com a vitória do golpe militar e a deposição do Presidente João Goulart, faz o ISEB ser considerado como um grupo de esquerda “subversiva” o que leva a sua extinção no dia 13 de abril de 1964.

Palavras Chave: ISEB, Nacional-Desenvolvimentismo, Intelectuais, Crise.

**The ISEB and national-development:
The brazilian intelligentsia in the 1950s.**

Abstract

This article proposes to conduct a historical analysis of the Higher Institute of Brazilian Studies - ISEB. This Institute is marked by the construction of the national-developmental ideology, this ideology that permeates throughout the Brazilian development policy in the 1950s. This way of thinking and understanding Brazil was only possible because of the different schools of thought within this Institute. This heterogeneity has been lost after a crisis within the ISEB the end of 1958 and beginning of 1959. With the passing of this crisis the more leftist wing took control of the activities within the Institute, which later with the victory of the military coup and the deposition of President João Goulart, is the ISEB be left as a group of “subversive” which leads its extinction on April 13, 1964.

Keywords: ISEB, National-development, Intellectuals, crisis.

¹ Especialista em Metodologia da História e Historiografia Brasileira pela Universidade Federal de Juiz de Fora

O contexto brasileiro na década de 1950

No início da década de 1950 o Brasil vivia uma nova realidade marcada pelas transformações econômicas, sociais e políticas, decorrentes da implementação da industrialização. Existia nesse período um grande debate de idéias sobre os modelos de progresso e de desenvolvimento para o país. A absorção do desenvolvimento urbano, industrialização e do liberalismo econômico provocara mais que um simples dualismo na sociedade brasileira, o que não significa a substituição de uma sociedade velha ou arcaica (agrária) por uma nova ou moderna (industrializante), mas sim um ponto complexo, que é a convivência desses dois extremos dentro da mesma realidade sócio-econômica e político-cultural.

Este período foi o cenário de dois governos bem diferentes – o segundo governo de Getúlio Vargas (1951/1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960). As atividades exercidas nos anos 1950 nos remetem ao longo processo de transição que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. De 1933 a 1955, presenciamos uma acumulação de capital pautada numa efetiva expansão industrial, ainda que num contexto econômico restritivo, devido às pressões das políticas da economia agro-exportadora; já, de 1956 a 1961, constata-se o desenvolvimento de uma industrialização, com crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) se caracterizou pela concepção de um programa de industrialização voltado para a criação e o fomento de um capitalismo de cunho nacionalista, autônomo e sob controle estatal. Nesse contexto, cabia ao Estado o papel estratégico, fundamental e ativo, apoiado numa função mediadora de caráter interno, entre as classes sociais, e externo, do país com os centros decisórios do capitalismo mundial.

Objetivando a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico e diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) encarregada de propor possíveis modificações na estrutura agrária; a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), com o objetivo de estudar e propor de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas à política industrial; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes para melhorar os transportes e melhorar o abastecimento interno; a Comissão Nacional de Bem-Estar para cuidar “da melhoria das condições do povo brasileiro”. Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando a criação de 22 instituições estatais, incluindo a criação da CAPES, da Petrobrás, do CNPq e do BNDE, entre outras. (D’ARAÚJO, 2004).

É de fácil constatação que o país vivia um singular processo de reestruturação da máquina estatal, no qual se destacava o recrutamento de intelectuais que defendiam a valorização prática do conhecimento e de uma maior racionalização das ações governamentais e políticas, tendo em vista o efetivo desenvolvimento nacional.

Por influência da CEPAL², o momento é marcado pelo uso de técnicas de planejamento para a imple-

2 A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção

mentação do desenvolvimento econômico do país; trata-se da ideologia do planejamento econômico e social que passa a ganhar foros de cidadania no interior do pensamento social latino-americano (TOLEDO, 1986 apud OLIVEIRA, 2006).

Marcando a segunda etapa do processo de industrialização, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) expressa o alcance de um novo estágio, articulando a integração da economia e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra. Mais uma vez, o Estado teve atuação direta, viabilizando a construção do setor de bens de produção e dando o suporte necessário de infra-estrutura em capital social básico.

Dentre os aspectos que caracterizam a essência da administração JK, destaca-se primeiramente o tripé estratégico centrado no Estado, articulado ao capital estrangeiro e ao empresariado nacional, todos voltados para a criação de uma estrutura industrial mais avançada e integrada à nova divisão internacional do trabalho. Encaminhada pelo núcleo político do governo, a estratégia que tinha no “desenvolvimentismo” sua expressão ideológica e política, atuava de forma a minimizar as possíveis resistências através da negociação de interesses. O segundo aspecto expressa a operacionalização de uma estrutura de poder informal, paralela, eficiente e vinculada diretamente à Presidência. Ao anular os tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados por intermináveis negociações, essa “administração paralela³” concretizava de maneira efetiva as decisões políticas.

Finalizando, o governo JK sinalizava uma opção de política estatal centrada em soluções de conveniência, sem restrições quanto a encaminhamentos marginais. O objetivo maior da ação governamental era conseguir encaminhar o gradual avanço e o desenvolvimento do investimento público, sem que se necessitasse recorrer a uma reforma administrativa, fiscal e financeira de profundidade no país. Estas dimensões marcaram os futuros impasses que culminaram na crise de 64. Sobre a ação governamental adotada por JK em relação às políticas sociais, tais como saúde e educação, provavelmente por não estarem sofrendo uma exigência em “consistência e eficiência”, permaneceram, com algumas exceções, sendo gestadas e implementadas no âmbito da administração.

Assim sendo, o estado brasileiro dos anos 50, a despeito de expressar uma dimensão modernizante com ênfase nos valores liberais e democráticos, acabava apresentando complexas contradições intermediadas por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo, entre outros). Tendo papéis de destaque, essas ideologias de estado tinham a função estratégica de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo “projeto da nação”.

Nesse ambiente marcado por contradições históricas e crises intensas, resultantes do rápido crescimento industrial e urbano do país, surge o ISEB⁴, um grupo de intelectuais vinculados ao poder do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Os Estados-membros são: Alemanha, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

3 Era a criação de grupos de trabalhos e executivos interdepartamentais, tornado possível o melhor funcionamento do processo decisório.

4 Instituto Superior de Estudos Brasileiros

estatal, que se destaca na cena institucional ao assumir parte significativa da condução ideológica do projeto de desenvolvimento nacional pretendido. Em se tratando de uma sociedade em desenvolvimento direcionada pela expansão do sistema econômico, quais seriam as condições de sua existência, o papel e o sentido da sua produção ideológica e as suas estratégias de ação?

[...] o desenvolvimento capitalista brasileiro pressupõe uma produção ideológica articulada à uma produção econômica; mas, na medida em que a produção econômica atinge novas formas de desenvolvimento, têm-se novos tipos de organização ideológica implantadas (ORTIZ, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Se os anos 1950 se caracterizaram pela consolidação do capitalismo industrial, esse modelo econômico se encontra fortemente articulado ao ideário “nacional-desenvolvimentista”, através do qual projeto e práticas capitalistas se legitimavam.

Mas, em se tratando de uma produção ideológica, o “nacional-desenvolvimentismo” se dava através de uma capilaridade que permeava a realidade social através de diferentes maneiras: nos discursos presidenciais, nas publicidades governamentais, nos projetos institucionais, em produções intelectuais etc. Tratava-se de um conjunto de estratégias voltadas à construção de uma visão de mundo, um conjunto de mecanismos que atuavam na formação e condução ideológica do conjunto da sociedade brasileira. Nesse contexto, o ISEB torna-se uma singular referência dessa produção ideológica.

O ISEB: uma breve análise

Até o final dos anos 1950, o projeto intelectual e político de forjar uma ideologia que impulsionasse o desenvolvimento do país unificou um conjunto de intelectuais reunidos em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Entretanto, notadamente este projeto carregava pensamentos heterogêneos sobre os rumos desenvolvimento no país.

A origem do ISEB encontra-se no Grupo Itatiaia, que era constituído por intelectuais e técnicos administrativos do Rio de Janeiro e de São Paulo. O grupo começou a se encontrar informalmente a partir de 1952-53 reunindo-se uma vez por mês no Parque Nacional de Itatiaia, situado entre os dois centros urbanos. Tais encontros favoreciam estudos e debates sobre os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil, visando formular soluções aplicáveis para a sociedade, com vistas a elaborar um projeto para o desenvolvimento econômico-social.

Imbuídos desse desafio inicial, a composição do grupo conjugava os intelectuais:

[...] de São Paulo: Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira, Miguel Reale e Luigi Bagolini. Do Rio de Janeiro participavam, além de Helio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Candido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Breves, Moacyr Félix, Jorge Serpa Filho, Ewaldo Correia Lima, Ottolmy Strauch e Heitor Lima Rocha (ABREU, 2007).

O tempo de vida do Grupo Itatiaia foi bem curto. O grupo logo se dissolveu, pois a vertente

paulista pretendia manter a discussão maneira endógena, enquanto o vertente carioca intencionava dar mais divulgação às idéias que vinham trabalhando.

[...] Para isso foi criada uma entidade privada, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), que teria atividades mais amplas, com cursos, conferências e a publicação de uma revista, de modo a atingir um público que vinha sendo mobilizado para a discussão dos problemas brasileiros. (ABREU, 2007).

Com a criação do IBESP, somente Roland Corbisier, oriundo de São Paulo, se incorporou ao grupo. Por se constituir numa instituição privada, com seus membros assumindo a maior parte de suas despesas, a facilidade de ajuda financeira governamental conseguida pelo IBESP poderia estar relacionada com a proximidade que alguns elementos do grupo tinham, na época, com a máquina de Estado⁵. Além disso, o IBESP mantinha um convênio financeiro-cultural com o Ministério da Educação através de um de seus órgãos a CAPES, apoio também obtido pela a intermediação de Anísio Teixeira que era secretário-geral dessa entidade. Através desse convênio é que, em parte, se viabilizou tanto um financiamento para a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, quanto a realização de 12 seminários que no auditório do Ministério da Educação, em torno dos problemas da época.

No governo Café Filho, os intelectuais ibespianos levam ao ministro da Educação e Cultura, Cândido Motta Filho uma proposta de criação de um centro de altos estudos, com a finalidade de analisar a realidade brasileira e assessorar o governo no intuito de orientar a política de desenvolvimento nacional. Desta iniciativa surge o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB foi criado pelo Decreto nº. 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura⁶, como um centro de altos estudos políticos e sociais, para promover a partir desses estudos a análise e a compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e o desenvolvimento nacional. Para tal reuniu intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber.

O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista: “a agência tornou-se a matriz de um certo tipo de pensamento destinado à mobilização social em torno do progresso do país.” (MENDONÇA, 1990). A estrutura administrativa do Instituto era constituída por um Conselho Consultivo (50 membros indicados pelo Ministro da Educação); abaixo dele estava o *Conselho Curador* – órgão de direção do Instituto – formado por oito membros, também designados pelo MEC. Os cinco Departamentos criados, responsáveis por pesquisas internas, conferências, formação de quadros e cursos regulares, desempenhavam as funções e os papéis mais significativos e relevantes na vida da instituição. Na época de sua criação, eram eles: *Ciência Política*, chefiado por Helio Jaguaribe, *Economia*, Ewaldó Correia Lima, *Filosofia*, Álvaro Vieira Pinto; *História*, por Cândido Mendes de Almeida e *Sociologia*, Alberto Guerreiro Ramos. Quando de sua criação, o Instituto teve as características de uma grande frente intelectual e política. Nele conviviam liberais, comunistas, social-democratas e católicos progressistas (alguns deles, recém egressos do integralismo). Mas, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiam na convicção de que, através do

5 Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Ottolmy Strauch integravam um órgão de Assessoria Econômica do governo Vargas; Guerreiro Ramos trabalhava numa Comissão Nacional do Bem-Estar Social.

6 DL nº 37.608 de 14 de julho de 1955, que “Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências” (LEX, 1955 *apud* OLIVEIRA, 2006)

debate e do confronto das idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil, nascendo então a ideologia Nacional-Desenvolvimentista que era a síntese dessas idéias. Dentro do ISEB, os principais formuladores do projeto de desenvolvimento nacional foram Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Para esses intelectuais, o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensifica o da industrializa o.



1 - Helio Jaguaribe



2 - Alberto Guerreiro Ramos



3 - Cândido Mendes de Almeida

O nacional-desenvolvimentismo isebiano

Nas análises de Caio Navarro de Toledo, ele se preocupa em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como estes “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – imbuídos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está   disposi o: a elabora o teórica, ou melhor, o pensamento ideológico” (TOLEDO, 1997).

A elabora o de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar o subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua fun o.

No entanto, Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabrica o dessa ideologia. Contrariando as defini es marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exce o de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia a priori; organizar um conjunto de idéias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transforma o de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da na o” (TOLEDO, 1997).

Fora Nelson Werneck Sodré, interesses particulares, historicamente datados (interesses de classe dominante e interesse geral) os demais isebianos n  tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de domina o; para eles, a ideologia n  passava de elucubra o teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na dire o de um fim nobre, qual seja: a “necessidade da implanta o definitiva do capitalismo como supera o do subdesenvolvimento” (TOLEDO, 1997).

Nunca é demais lembrar que, os isebianos, viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização. Para eles, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador.

O ISEB como uma *intelligentsia* brasileira

Para um melhor entendimento das funções do ISEB como aparelho político-ideológico deveremos nos apropriar do conceito de *intelligentsia* conceito este cunhado na história russa no século XIX – detentor de uma natureza transitória e ideológica que acaba influenciando de diferentes maneiras o desfecho revolucionário daquele contexto. Segundo Martins (1987), qualquer reflexão que tangencie as relações entre os intelectuais e a política exige a discussão da noção de “*intelligentsia*”. Como veremos, o contexto de transição que caracteriza a sociedade russa no século XIX e o papel desempenhado pela *intelligentsia* russa nos ajudarão a perceber aspectos importantes do fenômeno isebiano inserido na nossa realidade brasileira dos anos de 1950 e 1960.

Até meados do século XIX, a Rússia se constituía numa sociedade de servos camponeses, mais ou menos à disposição de uma nobreza relativamente reduzida, com uma pequena camada intermediária de funcionários governamentais, comerciantes e uma reduzida população de cidades esparsas em seu vasto território.

No final do século XIX, enormes empresas haviam sido criadas nos setores metalúrgicos, de extração mineral e, particularmente, têxtil. A imensidão do país havia sido em parte neutralizada por uma rede ferroviária, a servidão camponesa havia desaparecido, e havia surgido uma vigorosa classe média e uma classe operária fabril.

Em torno dos anos 1850, com a possibilidade de acesso às universidades das camadas sociais menos favorecidas, surge então a *intelligentsia*; um grupo de intelectuais de origens sociais diferentes que começa articular idéias e propor reflexões que tanto denunciavam as contradições da realidade quanto propunham uma nova organização da sociedade civil. Segundo Bottomore o conceito gramsciano de Sociedade Civil pode ser entendido como sendo o conjunto formado pelos organismos denominados privados, e sociedade política ou Estado. A sociedade civil é considerada um espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, se disputa o poder e a dominação (BOTTOMORE, 2001). Reforçado por Coutinho que nos diz:

Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Ao cunhar a expressão “sociedade civil” para designá-los, Gramsci, como vimos, se afasta terminologicamente de Marx; [...] parece aproximar-se de certo modo da concepção de Hegel, ao qual introduzia na “sociedade civil” [...] as “corporações, ou seja associações econômicas que podem ser vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos (COUTINHO, 2003).

No decorrer dessas transformações a *intelligentsia* se caracterizou em um fenômeno transitório porém com forte influência ideológica que tem seu desfecho na revolução de 1917.

Seu gradual desaparecimento se dá com a elevação geral do nível cultural e com a difusão cada vez mais ramificada do espírito de liberdade na Rússia (NAVILLE, 1975, apud OLIVEIRA, 2006).

Ao se tratar de um fenômeno que se dá num momento de transição de uma sociedade rural e agrária para um modelo de sociedade industrializada na Rússia, a *intelligentsia* assume como visão de mundo o primado das idéias, acreditando que a realidade material do mundo possa ser modelada pela estrutura de algum ideal.

O ISEB teve origem na iniciativa de intelectuais que, em agosto de 1952, passaram a se reunir no Parque de Itatiaia com o objetivo de discutir sobre problemas nacionais, bem como elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Os intelectuais do ISEB se autoconceberam como *intelligentzia* na acepção oferecida por Mannheim. Para este, a possibilidade de a *intelligentzia* se constituir como ator político acima das classes sociais estaria diretamente ligada à condição que a vida moderna oferecia de que se formasse esse estrato social independente. Isso porque ela permitiria o alargamento da área de recrutamento desse grupo social. Um traço marcante na concepção de Mannheim é a heterogeneidade social da *intelligentzia*. O vínculo que lhe daria uma identidade seria tão-somente sociológico (ABRANCHES, 2006).

Ao representar o que seria, portanto, a *intelligentsia* brasileira, o ISEB, segundo Pereira, atuou em parte à guisa do raciocínio de Helio Jaguaribe, que:

[...] concebia o Instituto como um centro de estudos que agruparia uma *intelligentsia* voltada à compreensão dos problemas brasileiros. [...] o ISEB efetivamente funciona como centro de estudos e seus intelectuais buscam sistematizar, principalmente, aquela compreensão que já vinha sendo elaborada desde os tempos de Itatiaia (PEREIRA, 2005).

Ratificando tal raciocínio Abreu nos diz que:

O intelectual do ISEB poderia ser considerado como um tipo de intelectual de transição, isto é correspondente à passagem de uma sociedade agrária, em que a formação intelectual era valorizada enquanto instrumento de manutenção dos valores e padrões culturais tradicionais, para uma sociedade moderna e industrial, em que o domínio da tecnologia e o conhecimento especializado são os valores almejados (ABREU, 2005).

Tomando por base a *intelligentsia* como um grupo que idealiza um processo de transição de uma sociedade ruralizada para uma sociedade de cunho industrializante, vemos no ISEB um aparelho utilizado pelo Estado brasileiro para dar base de sustentação ideológica à esse momento transitório rural-industrial que o país passava desde os anos 30, mas, ao contrário da influência gerada pela *intelligentsia* russa, o ISEB acabou sendo dizimado pelo golpe de 1964⁷.

Sendo assim, nota-se uma clara semelhança entre arcabouço ideológico que funda a matriz russa e a categoria brasileira de *intelligentsia*, representada pelos intelectuais do ISEB.

⁷ Conforme veremos ao decorrer do artigo, a partir dos anos 1960, o Instituto foi dirigido por uma vertente teórica de inspiração marxista, e por isso, considerado ameaçador pela cúpula civil-militar.

Os intelectuais em ação política

Ao se compreender um grupo de intelectuais que optou por encaminhar seu projeto ideológico no âmbito de uma atuação política concreta, faz-se necessário buscar uma compreensão da função do intelectual e da relação entre os intelectuais e a classe política.

Por intelectual devemos entender que estes não estão só nas camadas comumente denominadas, mas sim em toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. Gramsci (1995) diferencia a categoria de intelectual entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. O intelectual, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico desde um tecnólogo ou um administrador de empresas até um dirigente sindical ou partidário.

Os intelectuais tradicionais que acreditam estar desvinculados das classes sociais. São os que nascem numa determinada classe e cristalizam-se, tornando-se casta, podem ser membros do clero ou academia, por seu turno, podem tanto se vincular às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais que, de um modo geral, reproduzem o estereótipo aristocrático dos homens sábios e iluminados, do alquimista detentor de um espírito elevado. O chamado intelectual orgânico é proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador, é entendido como aquele que se mistura a massa levando a essa conscientização política, ele age em meio ao povo, nas ruas, nos partidos e sindicatos. Assim, o intelectual é tanto o acadêmico, o jornalista, o padre, o cineasta, o ator, o locutor de rádio, o escritor profissional, quanto o intelectual coletivo, em suma todo homem é um intelectual em potencial.

A organicidade dos intelectuais pode ser medida pela maior ou menor conexão nas funções superestruturais, ou da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia ou da sociedade política. Os intelectuais exercem as funções da hegemonia e do governo político em nome da classe dominante, constituindo-se em porta-voz dos interesses desta. Os intelectuais têm a função de unificar os conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento. Nessa empreitada, torna-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escola, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades concretizadoras de uma nova vontade e moral social.

O conceito de intelectual orgânico possibilita um duplo entendimento. Não obstante todas as forças ideológicas de base coercitiva que atuam repercutindo a imobilidade e a inércia, o conceito de intelectual orgânico, como proposto por Gramsci, vai para além do reprodutor da ordem, podendo assim, e sem perder a sua organicidade, assumir uma postura crítica e não-dogmática. Pois Gramsci pensa a história em movimento. Assim, a sua conceituação de intelectual se inscreve em uma dialética.

A grande questão compreensiva é entender a disputa política em questão. Para Gramsci,

todo intelectual está inserido neste sentido político, por assim dizer, orgânico. Talvez, o que diferencie as duas possibilidades de entendimento do conceito de intelectual orgânico esteja justamente na assunção política do seu papel (especialista + político). Parece-nos que os intelectuais orgânicos do consenso espontâneo, e subservientes à ordem dominante e às representações sociais do grupo dominante não assumem claramente sua instância e perspectiva política, mantendo-se aparentemente como simples especialistas – obscurecendo sua ação política que não é necessariamente voluntária, mas voluntariosa. O segundo entendimento da organicidade dos intelectuais - que podemos situar na formação do “novo intelectual” exige do mesmo uma clara postura política e crítica para com o mundo. Importante observar as possibilidades diferentes de entendimento que o sentido de organicidade dos intelectuais possibilita. Isso porque, os intelectuais do consenso espontâneo, cegos pelo próprio intelecto, mascaram a sua própria organicidade. Tendem, pois, a seguir o caminho dos jornalistas, como sugerido por Gramsci: passam a se considerarem os *verdadeiros* intelectuais, e, através dos dogmatismos da ideologia dominante e suas verdades, acabam, pois, se aproximando dos intelectuais tidos como “tradicionais”, pelo menos no que diz respeito à postura dogmática, conservadora e naturalizante das relações sociais. Respondem à modernidade e suas transformações imbuídos de um conservadorismo latente e contra-revolucionário, sacramentando na figura do especialista a última moda da novíssima teologia política (CERQUEIRA, 2008).

Converge com tal raciocínio, Oliveira (2006), na qual nota- que não existe nas sociedades em geral, segundo a teoria gramsciana, um grupo de intelectuais genérico, não orgânico, que não pertença a nenhum grupo social; é importante assinalar que a questão da autonomia dos intelectuais se dá dentro de um determinado grupo social. Nesse sentido, os isebianos seriam os intelectuais orgânicos de uma classe dominante no Brasil; intelectuais que apresentavam uma ideologia de consenso a ser compartilhada por uma classe dividida pela presença de distintas visões de mundo. Intelectuais que diante das transformações, ou mesmo diante da crise econômica e política em curso na sociedade brasileira, concebem e dão materialidade a uma nova direção ideológica, voltada a uma retomada “autônoma” e nacionalista do desenvolvimento do país.

Gramsci também nos faz uma importante distinção do que seja um intelectual; quando afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2000 apud OLIVEIRA, 2006), Gramsci evidencia que a distinção de um intelectual é sua função na sociedade, ou seja, seu trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais, e não somente o conjunto de suas atividades intelectuais. Evidencia-se uma diferença entre o exercício de atividades intelectuais e o exercício de funções intelectuais. Em se tratando do ISEB, em seu decreto de criação (DL nº 37.608 de 1955), o Artigo 2º registra que:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, [...] especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (LEX, 1955 apud OLIVEIRA 2006).

O que vemos então é, nitidamente, que os intelectuais isebianos são formam um grupo de intelectuais no sentido gramsciano, como diz Semeraro (2006) os intelectuais:

“Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.

Desse modo, mais que o exercício de atividades intelectuais, sua finalidade está diretamente voltada para o exercício de “funções intelectuais” que, segundo Gramsci, são funções diretivas e organizativas, utilizando-se de práticas educativas tais como: aplicação das categorias intelectuais à análise e à compreensão crítica da realidade; elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O resultado do desempenho das “funções intelectuais” é observado na preocupação e no ideário de práticas doutrinárias centradas no estudo, ensino e divulgação, diretamente relacionadas com a formação dos novos intelectuais. Uma questão que nos coloca diante de um projeto de desenvolvimento que pressupõe a formação do intelectual na sociedade brasileira.

A crise do nacional-desenvolvimentismo isebiano

Em finais de 1958, A frente intelectual que defendia o nacional-desenvolvimentismo sofreu um forte estremecimento que foi decisivo na orientação ideológica do Instituto. Como nos diz Toledo:

Em dezembro de 1958, uma acirrada discussão se instalou dentro do Conselho Curador. Setores nacionalistas mais ortodoxos, da Frente Parlamentar Nacionalista, União Nacional dos Estudantes e publicações de esquerda, entre outros, com o pleno apoio e incentivo de Guerreiro Ramos, questionaram abertamente formulações que eram defendidas no livro ‘O nacionalismo na atualidade brasileira’, de Helio Jaguaribe. Na obra, que ainda se encontrava no prelo, Jaguaribe, ao postular o chamado “nacionalismo de fins” (em oposição ao “nacionalismo dos meios”), admitia, por razões de “eficácia técnica”, a privatização de setores básicos da economia brasileira – entre elas, a do setor petroquímico. Igualmente, no livro deixavam de ser defendidas medidas rígidas de controle em relação ao capital estrangeiro. Depois de tumultuadas e acaloradas discussões, que foram noticiadas e exploradas pela imprensa conservadora, a cisão se estabeleceu de forma definitiva no seio do Instituto. No fim de 1958, o sociólogo Guerreiro Ramos se afastou do Iseb; em março de 1959 seria a vez de o principal idealizador do Instituto, Helio Jaguaribe, dele se retirar (TOLEDO, 2007).

Miglioli também nos diz que o estopim para tal crise é embasado no livro O nacionalismo na atualidade brasileira como veremos a seguir:

Afora a questão do nacionalismo econômico, que gerou acirrada polêmica (a economia brasileira teria condições de apoiar-se inteiramente no capital nacional público e privado

ou teria de admitir a entrada do capital estrangeiro pelo menos como complemento do nacional?), polêmica que às vezes tornava-se emocional e provocou a saída de Helio Jaguaribe (acusado de não ser nacionalista ou pelo menos de não sê-lo suficientemente); pois bem, afora isso, havia outras questões controvertidas. Várias delas envolviam o problema do Estado: como seria ele, que classe ou classes formariam sua base ou teriam seu controle, quem o administraria ou pelo menos formularia seus planos? (MIGLIOLI, 2005).

Em contrapartida temos os depoimentos de Nelson Werneck Sodr e e Helio Jaguaribe sobre tal acontecimento. Segundo Sodr e, a despeito de apontar uma divergência ideológica legítima, escondia uma luta pessoal, vaidosa e destrutiva de Guerreiro Ramos em relação a Helio Jaguaribe.



4 - Nelson Werneck Sodr e

Diante do embate, Ramos/Jaguaribe, Sodr e acaba se dando conta de que a acusação geralmente feita ao ISEB de que o instituto não era uma entidade científica, mas uma entidade política se legitimava. Ou seja, como justificar tal acusação diante de uma crise processada em nome da fidelidade a uma posição política? Sodr e nos faz a seguinte afirmação:

a crise, pois, confirmava a acusação do inimigo, servia a seus propósitos. Serviu, aliás, e magnificamente, pois, da  por diante, “purificado” politicamente, o ISEB se debilitou e foi isolado, situando-se numa posição militantemente política e err nea por isso [...]. A crise foi, pois, grande serviço prestado   reação e particularmente ao imperialismo (SODR E, 1978 apud OLIVEIRA, 2006).

Em seu depoimento sobre a crise Helio Jaguaribe confirma as palavras de Sodr e quando nos diz que:

Outro efeito nocivo, esse de mais amplo alcance, foi o que se deu em Guerreiro Ramos. Num processo que sempre me pareceu difícil de compreender, Guerreiro, sociólogo extremamente competente e lúcido, foi levado a crer que o Brasil, no governo Kubitschek, estava caminhando para uma grande d rrup o social, que conduziria a algo análogo   “Revolução de Fevereiro”, na Rússia. Ante tal perspectiva, Guerreiro foi levado a crer que o ISEB poderia ser a agência mobilizadora das energias populares e conduzir o país ao equivalente a uma “Revolução de Outubro”.

A partir dessas tão infundadas suposições, Guerreiro entendeu que o ISEB s  estaria apto a cumprir essa missão se ficasse sob seu comando, o que importava em suprimir minha liderança e levá-lo a substituir Roland Corbisier, que então representava, na direção do

Instituto. O lema de Guerreiro, no curso de 1958, era “basta de compreender o Brasil, é preciso modificá-lo”. Para esse efeito, Guerreiro urdiu um plano para me desacreditar. Esse plano consistia em apresentar, publicamente, uma das seções de um livro que acabara de escrever, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, como consistindo na totalidade do livro (JAGUARIBE, 2005).

Seguindo esta linha de pensamento baseado nos relatos de alguns estudiosos e ex-membros do ISEB, vemos que Aberto Guerreiro Ramos pretendia mudar a orientação do instituto tornando-o mais ativo na arena política e para esse fim precisaria assumir a direção do Instituto tomando assim a hegemonia⁸ dentro do grupo.

O que muitas publicações não nos dizem é que o trabalho de Jaguaribe é um escrito comparativo, e que a publicação foi dividida em três partes sendo que:

Na primeira parte, expunham-se as posições cosmopolitas. Na segunda, as nacionalistas. Na terceira, eram comparadas criticamente as duas posições e se intentava chegar a conclusões fundamentadas, que eram a de um nacionalismo racional e crítico (JAGUARIBE, 2005).

Uma prática que era adotada pelos membros do Instituto era apresentar seus estudos à crítica dos demais componentes antes de sua publicação. Segundo Jaguaribe (2005) aproveitando-se desta tal prática Guerreiro Ramos enviou cópias da primeira parte do livro para a direção da UNE dizendo que aquela era a obra no todo. Isso criou uma enorme agitação nos setores nacionalistas que consideravam o livro como “herético” devido esta parte do livro defender a inserção do capital estrangeiro no país. E como vimos anteriormente, a questão envolta no monopólio estatal do petróleo estava muito ligada às questões nacionalistas e de orgulho nacional. Portanto, para estes setores como os estudantes e a imprensa e a opinião pública, Helio Jaguaribe foi considerado como “entreguista” e sendo acusado de ter se vendido a *Standart Oil!* As matérias que foram publicadas na imprensa sobre esta polêmica foram submetidas a uma discussão na qual a posição de Guerreiro Ramos foi condenada, levando-o a se demitir do Instituto. Esta discussão pode ser melhor explicitada em uma entrevista dada por Helio Jaguaribe ao Arquivo Histórico da UNICAMP:

Essa discussão foi muito grande no ISEB e terminou, em dezembro de 1958, numa noite dramática, que começou às nove horas da noite e se encerrou às cinco da madrugada seguinte. Nela terminei vencendo na discussão, por um voto (KUMASAKA; BARROS, 1988).

Entretanto mesmo saindo vencedor desta disputa dentro do Instituto, Jaguaribe se desliga depois de uma manobra de Roland Corbisier, que apoiava a posição de Guerreiro Ramos e ficou temeroso de algum tipo de represália, o que causaria seu afastamento da direção do Instituto no início do ano letivo

⁸ Quando falamos de hegemonia utilizamo-nos do conceito gramsciano de hegemonia, concebido enquanto direção e domínio, isto é, como conquista, através da persuasão e do consenso, não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. A hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social, não se restringindo ao aspecto político, mas compreendendo um fato cultural, moral, de concepção do mundo (BOTTOMORE, 2001, p. 177-178).

seguinte, o levando, então, a apelar ao Presidente da República, que, como nos diz Jaguaribe (2005), “*tinha relações pessoais*” para uma mudança significativa nos estatutos do Instituto, convertendo o conselho da direção do ISEB em um órgão consultivo, onde o diretor do Instituto passaria a ser designado pelo Ministro da Educação. Seu desligamento do Instituto se dá então devido a não concordância com as alterações no estatuto, que em suas palavras foi “um pequeno golpe de estado”. (KUMASAKA; BARROS, 1988).



5 – Roland Corbisier

A partir deste conflito nasce o período que muitos estudiosos designam com o “último ISEB”, período onde há o fim da heterogeneidade nas linhas de pensamento dentro do Instituto e um alinhamento político predominantemente marxista, como nos diz Bresser-Pereira (2004), que o ISEB a partir de então “passa a vincular-se mais estritamente à política do PCB”.

Durante o ultimo período do ISEB, este esteve sob a direção política e intelectual do filósofo Álvaro Vieira Pinto e o historiador Nelson Werneck Sodré; os colaboradores destes dois diretores eram jovens professores universitários, politicamente esquerdistas. Nesta fase há uma clara e intensa politização e homogeneização ideológica do instituto, que, a partir de então, privilegiará o debate das reformas sociais e econômicas defendidas pelo governo Goulart e pelo movimento nacionalista.

Os militares que depuseram o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, identificado com a esquerda “subversiva”, o ISEB foi objeto da ira golpista sendo decretada sua extinção no dia 13 de abril. Nos dias seguintes ao Golpe Militar, a biblioteca, os arquivos e os móveis da sede do Instituto foram destruídos por manifestantes ensandecidos. A ditadura militar ali se manifestou por inteiro; através do ato de vandalismo, a intelectualidade era repudiada e o pensamento crítico passaria a ser reprimido no país por mais de 20 longos anos.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Aparecida Maria. *Nacionalismo e Democracia no Pensamento de Guerreiro Ramos*. 185.f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas

do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2.

_____. A ação política do ISEB. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n.1, p. 49-84, 2004.

CERQUEIRA, Marcelo Neder. O intelectual e a liberação do pensamento (Gramsci e Said). In Encontro de História Anpuh-Rio, 13, 2008, Seropédica. *Anais do XIII Encontro de História – Anpuh-Rio*. Seropédica: Anpuh-Rio, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Um panorama da política de desenvolvimento do Vargas*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Um_panorama_da_politica_de_desenvolvimento.asp>. Acesso em: 20 out. 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JAGUARIBE, Helio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

KUMASAKA, Hiro Barros; BARROS, Luitgarde O. C. Entrevista com o professor Helio Jaguaribe de Matos. *História da Ciência* (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). 9 de mar. 1988. Disponível em: <<http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v. 2, n. 4, jul.1987, p. 65-87

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. *A “Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)*. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. CEDES*, set./

dez. 2006, vol.26, no.70, p.373-391.

TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de fundação do Iseb. *Jornal da Unicamp*. n.296. 8 ago. 2005. p.11.

Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html)

[ju296pag11.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html)>. Acesso em: 3 nov. 2008.

_____. Academia brasileira de problemas. *Revista de história da Biblioteca Nacional*. n. 16. jan. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impressao.php?id=403&pagina=5>>.

Acesso em: 3 nov. 2008.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

Fontes das Ilustrações

1. http://www.academia.org.br/abl/media/helio_jaguaribe.jpg Acesso em: 13 fev. 2009.
2. http://blogquemteviuquemteve.blogspot.com/2008_05_01_archive.html Acesso em: 13 fev. 2009.
3. <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/candidomendes.htm> acesso em: 13 fev. 2009.
4. http://decadade50.blogspot.com/2006/09/alm-do-mais_21.html Acesso em: 13 fev. 2009.
5. <http://blogquemteviuquemteve.blogspot.com/search/label/Roland%20Corbisier> Acesso em: 13 fev. 2009.